

A EXPLOSÃO DO CORPO: ENTREVISTA COM DENISE BERNUZZI DE SANT'ANNA (PUC-SP)¹

Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina | Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ2

Atilio Butturi Junior (ABJ): Da década de sessenta até aqui, vemos uma espécie de explosão de discursos sobre o corpo, da pesquisa acadêmica às redes sociais. Poderíamos pensar em algumas hipóteses sobre essa ubiquidade?

Denise Bernuzzi de Sant' Anna (DBS): Sim, primeiro uma herança dos movimentos sociais de liberação sexual dos anos 60, juntamente com a contracultura, o “black power”, a liberação das mulheres e, ainda, dos corpos masculinos na música e nas artes; segundo, e intimamente relacionado ao primeiro, o advento de milhares de estudantes universitários oriundos dos setores médios, com a reivindicação de um corpo muito mais voltado ao prazer do que aos sacrifícios; terceiro, o crescente movimento de afirmação da homossexualidade que também colocou na ordem do dia um corpo voltado para novos direitos de expressão e de convívio. Costumo dizer ainda que o século XX foi o século do corpo: cinema, publicidade e, a seguir, televisão, veicularam muitas imagens coloridas de corpos despidos, afirmando a pele como uma espécie de vestimenta primeira e última. No século XX também houve um recuo das transcendências religiosas em favor do apego às aparências e aos prazeres.

ABJ: No seu caso, como o corpo apareceu como objeto de pesquisa?

¹ **Denise Bernuzzi De Sant'anna** é professora livre-docente de História da PUC-SP. Possui graduação e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Diploma de Estudos Avançados em História pela Universidade Paris VII (1990), Doutorado em *Histoire des Civilisations Occidentales* pela Université Paris VII (1994). Realizou Pós-Doutorado em História na EHESS em 2003/4. Foi professora visitante da EHESS em Paris nos períodos de 2000, 2001 e 2007. Foi professora visitante do Erasmus Mundus Phoenix-EM Dynamics of Health and Welfare entre 2008 e 2009. Desde 1996 é professora da PUC-SP, ministrando cursos na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação de História e Psicologia Clínica. Foi membro do Graduate Programme in Social Dynamics of Health para a formação de um Shared/Master/PHD dentro do Programa Alfa (A) mantido pela Comunidade Europeia, entre 2005 e 2009. Colabora com o Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. É bolsista produtividade I do CNPq e exerceu diversos cargos de coordenação e chefia na PUC-SP. Especializou-se em história do corpo, e trabalha com temas relacionados à história urbana, história da higiene, da saúde e das emoções, entre os séculos XIX e XX. Lidera o grupo de pesquisa *A condição corporal* e participa de redes internacionais de pesquisa sobre as relações entre o corpo e a subjetividade contemporânea. Atualmente, é Coordenadora de área CHS I da Fapesp.

DBS: Ele apareceu desde o mestrado, quando realizei um estudo sobre o lazer em plena ditadura militar brasileira (publicado pela Ed. Marco Zero com o título O Prazer justificado). O último capítulo chama-se Saúde e Velocidade. Foi quando estudei as campanhas esportivas e percebi o quanto os governos e empresários brasileiros investiram no culto ao ideal de um corpo veloz e saudável. A seguir, durante o doutorado em Paris, trabalhei com a história do embelezamento do corpo e pude contar, durante cerca de cinco anos, com a pesquisa junto a grandes acervos sobre a saúde e uma bibliografia internacional sobre a história do corpo. No começo dos anos 90, o tema estava a todo vapor na França, na Inglaterra e nos EUA.

ABJ: Foucault teve e ainda tem impacto sobre essa escolha do corpo?

DBS: Sim, desde os meus últimos anos da graduação. Ele foi um historiador-filósofo que considerou o corpo um objeto de estudo riquíssimo, revelador privilegiado de nossos receios e sonhos, assim como dos poderes que se exercem sobre nós e que nós também exercemos sobre os outros.

ABJ: Numa entrevista de 2000 que você fez com Georges Vigarello, ambos comentavam sobre o corpo e seu papel de “arquivo vivo”: por um lado, materialização e, por outro, espaço aberto e virtualidade. Aparecia, então, o problema da autonomização, como se o corpo fosse esgotável, saturável. Nesse sentido, há um risco teórico sempre presente na abordagem do corpo, como uma sorte de “reificação”?

DBS: Diferente de reificação, o que o Vigarello pressupõe, e eu também, é a existência de uma situação paradoxal ao longo da história do corpo. A cada nova descoberta científica para melhorar a sua saúde, por exemplo, novos riscos e problemas emergem. Há liberdades conquistadas que desencadeiam novos receios e intolerâncias antes impensáveis. Além disso, o corpo é mutante e também constituído por memórias que ultrapassam os limites da consciência. Ele é extremamente familiar a nós e nunca completamente conhecido, desvendado. Penso que uma das grandes ilusões contemporâneas seria acreditar que a potência de mutação do corpo – graças aos progressos científicos e tecnológicos - o tornaria sem limites. Mas esta suposição do “corpo sem limites” esbarra em problemas éticos difíceis e encontra um solo fértil para florescer em regimes totalitários.

ABJ: Você tem usado, desde as pesquisas sobre a beleza ou sobre a invenção da obesidade, até as mais recentes, sobre a depressão, fontes diversas, que vão desde os saberes instituídos até os jornais e a publicidade. Como se dá metodologicamente a decisão de investigar certas materialidades e não outras?

DBS: Digamos que os textos científicos – de medicina, por exemplo – fornecem informações importantes sobre as verdades da saúde construídas historicamente. Atualmente trabalho com a história da medicalização das tristezas e percebe-se claramente, pela sucessão dos DSM desde os anos 50 do século passado, a criação de novas doenças e a modificação das fronteiras entre saúde e doença. Há também a mídia, uma outra grande referência para a construção de ideais e padrões de mercado, além de trazer a publicidade, crônicas e comentários sobre o que se passa no mundo científico. E há ainda, nos dois casos, as dissidências, a possibilidade de ler a contrapelo. Nos jornais populares, nos pasquins, almanaques, piadas consideradas pouco importantes, encontram-se os ecos de uma história do corpo plural, que nem sempre se encaixa no que é considerado mais conhecido. Minha intenção é, na medida do possível, estudar toda essa complexidade.

ABJ: Você tem escrito sobre o corpo, destacadamente sobre os regimes de produção de uma corporalidade cujas performances são cada vez mais exigentes: um corpo magro, um corpo belo, um corpo trabalhador e autogestor de si mesmo. É possível pensar que as exigências sobre o corpo têm aumentado na história recente?

DBS: Sim, muito. Pense por exemplo nas exigências sobre o que é sentir-se saudável hoje e o que era ter saúde há cem anos antes. Mudaram os produtos, os tratamentos, as referências científicas, mas também aumentou a nossa vigilância em relação a partes do corpo outrora insondáveis, desconhecidas. No caso do embelezamento feminino, basta pensar que os produtos de beleza cabiam em cima de uma penteadeira, os gastos com a beleza e a higiene eram bem menores, havia menos produtos, menos propaganda a respeito, mais receitas caseiras. O corpo também mostrava-se menos sem roupa. Hoje exige-se uma beleza que ultrapassa as barreiras das roupas, atinge a pele, desce pela virilha, alcança as dobras do sexo, seus pelos, sua tonicidade... tudo se passa como se houvesse cada vez menos zonas “em resguardo” da tentativa de tornar tudo no corpo absolutamente fotogênico. Até mesmo a ideia da feiura, da deselegância, do “fora da moda”, da diversidade, do inusitado, cedem aos apelos do medo de não caber na exigência de fotogenia *full time* que assombra a nossa sociedade. Basta ainda lembrar que, no passado, nós nos víamos muito menos no espelho. Havia uma quantidade bem menor de espelhos nas casas e fora delas. Ver-se constantemente, cada vez mais, “selfar-se”, é um modo de acentuar tanto o gosto por si quanto o desgosto: uma experiência sempre dupla, paradoxal, desejada e temerária.

ABJ: Quando o corpo aparece no discurso acadêmico, muitas vezes é pelo viés da normalização, do controle. Por outro lado, há autores pensando num regime de corpo que possa ser estratégico diante das exigências do neoliberalismo médico-farmacológico. Por exemplo, Paul Beatriz Preciado. É possível pensar o corpo como essa topologia que se

inscreve no controle ou/e na disciplina, mas também solicita que se pense em rasuras, em resistências? O corpo carrega essa ambiguidade?

DBS: O corpo transformou-se historicamente em algo ambíguo, paradoxal, nunca controlado totalmente, menos ainda conhecido. Daí a dificuldade em querer levar a cabo um projeto contrafarmacológico, ou, investir no corpo radicalmente e por conta própria para escapar às exigências da moda, do mercado, da indústria da saúde. Mesmo que isto seja considerado bom para quem o faz, resta a pergunta: em nome do quê? De si mesmo?

Se a big pharma pensa o corpo aos pedaços, em nome de seus lucros e por meio de uma objetividade necessária para a produção de medicamentos que se querem cada vez mais precisos, a nossa relação com o próprio corpo perde muito se também se limitar a isto. Corre o risco de ficar focada num único objetivo e voltada apenas à satisfação consigo mesmo. Ora, o corpo não é isto nem aquilo, o meu corpo confunde-se com o meu eu, mas eu nem sempre coincido comigo mesma (aliás, nem saberia dizer quando e como isto ocorre). Vivemos com algumas certezas, mas nem tudo é certo, especialmente no âmbito da saúde e da aparência física. E isto não me parece ser um problema nem um defeito de fabricação, é tipicamente humano, ou talvez mais do que humano, é característica do ser vivo. E, mesmo com os inegáveis progressos científicos e tecnológicos, o autodomínio continua limitado. Por exemplo, o envelhecimento continua a existir, pior para uns, menos pior para outros: não se quer envelhecer, mas as rugas aparecem, assim como a lentidão e as dores antes inexistentes, lembrando-nos que tudo é impermanente, inclusive as soluções farmacológicas para nos fazer mais livres ou mais submissos ao mercado. Então, resistir ao que se considera injusto e maléfico ao corpo é necessário, mas esta é apenas uma primeira etapa. A vida e o corpo não podem ser reduzidos à resistência, nem ao combate, ao trabalho, menos ainda à disciplina; o corpo também é feito de resiliências, negociações, resguardos e, sobretudo, de ambiguidades, de preguiça e de prudência (palavra está meio fora de uso!). Penso que sem prudência não há coragem. E sem coragem, aumenta o espaço para crescer a estupidez.

ABJ: Você foi uma das primeiras pesquisadoras no Brasil – se não a primeira – a inventariar os corpos gordos e os corpos magros e as tecnologias e discursos que os tornaram possíveis, dos supermercados às balanças, do problema moral ao problema de saúde. Hoje assistimos à emergência de discursos de “empoderamento”, de assunção de curvas, de politização desses corpos. Você já destacava a ampliação massiva dessas modalidades de corpo e de subjetividade, mas como pensar nessas modalidades diante desse empoderamento, sobretudo nas redes sociais?

DBS: Esse empoderamento começou por ser uma resistência e acabou se diversificando. Há um pouco de tudo. Existem os que defendem um plus size afinado com este novo

mercado; existem os críticos que inventam novos conceitos sobre gordos e gordas. Mas, de todo modo, permanece um problema típico da nossa época: é difícil não colocar o corpo como sendo “a vedete” da vida. Parece-me que o maior desafio não seria contrariar as normas e sim não limitar a vida a esse lugar que o corpo conquistou de ser ora o nosso único bem, ora o nosso maior mal. Talvez seja por isso que eu faço uma história do corpo: não para mostrar o quanto ele é importante ou o quanto ele foi reprimido, massacrado, explorado. Não para defendê-lo, menos ainda para incriminá-lo (os advogados e pastores já fazem isto bem melhor do que eu). Também não é para libertá-lo (deixo esta tarefa à militância). Mas sim para perceber como foi possível ele ter se tornado o que se tornou, quais interesses, quais jogos de verdade, quais receios e sonhos explicam os seus perfis e características.

ABJ: Sua pesquisa voltou-se para as tristezas e para a depressão, na modalidade de uma genealogia. Lembro de ouvir você dizendo que há uma relação fundamental entre suas pesquisas do corpo e a sua pesquisa, digamos, dessa “alma moderna”, que sofre e deve ser medicalizada. A tentativa é dar a ver que há também uma história que inventa a relação entre corpo e alma?

DBS: Sim, trata-se de uma invenção antiga e que varia ao longo do tempo e entre as sociedades. A depressão é um problema excelente para perceber essa história e também para entender como a busca da alegria se transformou num objetivo econômico essencial a muitos governos. É interessante perceber o uso das palavras. Nos jornais e revistas, por exemplo, o termo alma era muito mais visível no começo do século XX do que em seu final. Surgiram expressões novas, “boa forma” é uma delas, que às vezes tende a ocupar o lugar da velha alma. “Boa forma” parece mais acessível, mais americanizada e laica do que a palavra alma...

ABJ: Volto à depressão e seus textos. Estou pensando aqui no *Hayek na praia* e na sua descrição do neoliberalismo em sua dimensão subjetiva, um *ethos* de gestão de si empresarial e, portanto, de exclusão de vidas “não-produtivas” – velhos, pessoas com Alzheimer ou depressão. Essa somatopolítica, digamos, em que medida é produzida por nossos discursos e nossas práticas sobre o corpo?

DBS: Exclusão e culpabilização dos velhos que agora ficou escancarada com a Covid-19. Mas também dos hipertensos, diabéticos, obesos, cardíacos, enfim, se formos analisar considerando os números brasileiros, isto significa a exclusão de milhares de pessoas. Mas para ser mais realista, o risco da exclusão não é o único problema. Pois, os excluídos continuam a existir, seja como SDF, seja como marginais, seja como um peso para os custos da previdência social. A história da humanidade conheceu vários genocídios, extermínios e formas de tornar invisível aqueles acusados de serem ameaçadores. Isto não é novidade. Talvez algo inusitado, típico das últimas décadas seja, por exemplo, perceber

o quanto a medicalização das tristezas, mágoas, e outros sentimentos melancólicos, empurrou a maior parte deles para o terreno da patologia que deve ser tratada com fármacos. Ficou cada vez mais difícil estabelecer a fronteira entre tristeza patológica e tristeza que faz parte da vida, especialmente quando a vida tende a ser considerada uma flecha rumo ao sucesso e à boa saúde constantes, quando os erros tornam-se sinônimo de fracasso. Nesse caso, errar deixa de ser humano.

ABJ: Nós vivemos, atualmente, sob a égide de um governo marcado por discursos sobre o corpo e a subjetividade bastante restritivos: um corpo que deve se guardar e permanecer virgem; um corpo infantil que deve ser punido até a dor; um corpo doente que é possível ignorar. Nessa senda, formas de subjetividade que é preciso combater, em nome de uma nova moralidade. Esses deslocamentos não acontecem apenas no Brasil. É lícito relacionar o corpo e a subjetividade neoliberais e essas transformações?

DBS: De fato, há situações semelhantes em diversos países e também uma consciência mais alargada sobre as injustiças cometidas durante as várias formas de colonialismo. Mas esta consciência ainda não é suficiente e ela pode ser acompanhada por um efeito perverso, ou seja, aquele que transforma o lugar da vítima numa “oportunidade” para ganhar poder, dinheiro, ou ambos. No Brasil, penso que o maior problema é a mentalidade reacionária. Há principalmente um descompasso, oriundo de nossos séculos de escravidão. Não se trata apenas de um atraso que atravessa as classes sociais e que nos limita à uma pequenez assustadora. É de fato um *embotamento* do pensamento e uma aposta num futuro que deve reprisar o cenário (imaginário e real) da Casa Grande e da Senzala. Foi o que eu chamei de “antecipação do atraso” num texto sobre a pandemia publicado pela N-1 (acesso livre). E quando esta mentalidade embotada, que quer antecipar o atraso e não o que há de moderno no país, se junta à tradição de impunidade dos poderosos, que também atravessa a história do Brasil, temos o país mais injusto, reacionário e cruel do mundo.